

PERCURSO HISTÓRICO DA LÍNGUA DE SINAIS

Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros (UEMS)

chaves.dri@hotmail.com

Jéssica Rabelo Nascimento (UEMS)

jessica_nascimento26@live.com

Yrvaine Jackson Nascimento Silva (UEMS)

yrvainelindinho2014@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal traçar um breve percurso histórico sobre a língua de sinais. Para compreendermos como o surdo foi visto pela sociedade desde a Idade Antiga e Moderna, inspiramo-nos em autores como Ferdinand Berthier, Karin Lilian Strobel e Ronice Müller de Quadros. Além disso, buscamos apresentar alguns métodos educacionais usados ao longo da história, tal como: o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo. Onde iremos destacar a importância e relevância dessa língua na medida em que se faz necessário estudar as línguas existentes no Brasil, sendo um país plurilíngue, para que não haja a valorização de uma em detrimento de tantas outras, como, por exemplo, a língua brasileira de sinais (libras).

Palavras-chave: Cultura surda. Métodos educacionais. Surdos. Libras.

1. Introdução

As línguas de sinais são conhecidas como línguas das comunidades surdas em todo o mundo e, para a surpresa de muitos, não se trata de gestos e mímicas utilizados pelos surdos para se comunicarem. São línguas que, assim como todas as línguas faladas, apresentam estruturas gramaticais e níveis linguísticos próprios, como o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico. Nessas línguas orais auditivas, os itens lexicais são denominados sinais. A principal diferença entre as línguas de sinais e as outras é a sua modalidade visual-espacial, que se realiza no espaço, por meio de articuladores visuais como as mãos, o corpo, os movimentos e o espaço de sinalização.

A língua brasileira de sinais (libras) foi reconhecida legalmente pela Lei 10436/2002 e regulamentada pelo Decreto 5626/2005. As línguas de sinais não são uma versão em sinais da língua falada naquele país, isto é, a libras não é uma simples tradução da língua portuguesa por meio de mímicas e sinais. Além disso, os sinais não são universais, pois como ocorre em qualquer outra língua, os “códigos” são pertencentes a cada comunidade e expressam a cultura daquela sociedade. Portanto, so-

frem as variações linguísticas assim como a língua oral, podendo variar de acordo com o país, os estados ou até mesmo as cidades. Dessa forma, cada comunidade surda cria seus próprios sinais regionais.

2. História da língua de sinais pelo mundo

As histórias das línguas de sinais se associam ao ensino dos surdos pelo mundo utilizando três abordagens: o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo, sendo essa última a atual proposta para educação dos surdos.

O indivíduo surdo sofre desde os tempos antigos, recriminados pela sociedade, como relata Ferdinand Berthier (1984, p. 165), descrevendo o sofrimento dos surdos ao nascerem

Inicia a história na antiguidade, relatando as conhecidas atrocidades realizadas contra os surdos pelos espartanos, que condenavam a criança a sofrer a mesma morte reservada ao retardado ou ao deformado: A infeliza criança era prontamente asfixiada ou tinha sua garganta cortada ou era lançada de um precipício para dentro das ondas. Era uma traição poupar uma criatura de quem a nação nada poderia esperar. (BERTHIER, 1984, p. 165)

Essa prática era comum em todo o mundo, exceto no Egito e na Pérsia, onde os surdos eram vistos como seres privilegiados, que tinham o poder de se comunicar com os deuses. Dessa forma, nesses dois países havia um sentimento muito forte em relação à pessoa com a surdez. Nos demais países, entretanto, os surdos sofreram durante por toda Idade Antiga e Idade Média. Somente na Idade Moderna essa situação começou a mudar: por volta de 1500 apareceram os primeiros interessados em pessoas com surdez.

Segundo Maria Cecília de Moura (2000), existia educadores de surdos na Europa, entre eles Frei Pedro Ponce de Leon (1520-1584), um monge espanhol que ensinava crianças surdas – pertencentes às famílias nobres – a falar, pois só os surdos capazes de falar tinham direito à herança. Ele foi o primeiro a estabelecer uma escola para surdos em um monastério, onde utilizava a datilologia e a oralização em seu método de ensino.

Ainda segundo Maria Cecília de Moura, houve outros educadores que se destacaram no ensino de surdos com significativa contribuição na educação. Girolamo Cardano, por exemplo, era médico e filósofo e fez a distinção entre a surdez e a mudez.

A atuação do Abbé de L'Epeé (1712-1789), o “pai dos surdos”, foi um importante marco na educação dos surdos na história, pois demonstrou os primeiros conhecimentos, obtidos por meio de estudos, acerca da língua de sinais ao conhecer duas irmãs surdas que se comunicavam usando gestos.

Ele defendia a língua de sinais como a língua natural dos surdos, e que poderiam desenvolver a sua comunicação e o desenvolvimento cognitivo. Segundo relatos (GREMION, 1998, p. 48 *apud* ALBRES), “em 1756, Abbé de L'Epeé cria, em Paris, a primeira escola para surdos [...] com uma filosofia manualista e oralista. Foi a primeira vez na história, que os surdos adquiriram o direito ao de uma língua própria”. Porém não foi o que aconteceu em Milão em 1880, onde os surdos perderam o direito a sua própria língua.

Em 1880, em Milão, ocorreu o II Congresso Internacional sobre a instrução de surdos considerado um marco histórico por determinar o uso exclusivo da oralidade e a proibição dos sinais. Para essa corrente, é enfatizado o uso da língua oral visando aproximar os surdos, o máximo possível, do padrão ouvinte, crendo-se que isso o integraria mais facilmente à sociedade.

Ainda que seja uma tradição mencionar seu caráter decisivo, o congresso de Milão, de 1880 – onde os diretores das escolas para surdos mais renomadas da Europa propuseram acabar com o gestualismo e das espaço á palavra pura e viva, á palavra falada- não foi a primeira oportunidade em que se decidiram políticas e práticas similares[...] Apesar de algumas oposições, individuais e isoladas, o referido congresso constituiu não o começo do ouvintismo e do oralismo, mas sua legitimação oficial [...] o ouvintismo ou o oralismo, não pode ser pensado somente como um conjunto de ideias e praticas simplesmente destinadas a fazer com que os surdos falem e sejam como o ouvintes. Convivem dentro dessas ideias outros pressupostos: ou filosóficos – o oral como abstração, o gestual como sinônimo de obscuridade do pensamento; os religiosos a importância da confissão oral, e os políticos – a necessidade da abolição dos dialetos, já dominantes no século XVIII e XIX. (SKLIAR, 2010, p. 16-17)

3. Oralismo, comunicação total e bilinguismo

3.1. Oralismo

Na prática de ensino dos surdos, a primeira abordagem é o oralismo, que prioriza a integração da criança com surdez na sociedade dos ouvintes, possibilitando, assim, o seu desenvolvimento oral.

Defensores desse método afirmam que a linguagem se restringe à

língua oral, ou seja, para eles, a oralidade deve ser a única forma de comunicação dos surdos. Essa ideia foi proposta no Congresso de Milão, em 1880; com a resolução aceita, o oralismo foi implantado nas escolas europeias, sendo considerado superior ao gestualismo, que teve seu uso proibido nas instituições. O congresso afirmou ainda que para a criança surda se comunicar, deve saber oralizar.

Para Goldfield (1997), o oralismo vê a surdez como uma deficiência que pode ser minimizada por meio da estimulação auditiva, possibilitando o aprendizado da língua oral e auxiliando a pessoa surda a se integrar e interagir na comunidade ouvinte.

Assim, para Carlos Bernardo Skliar, a educação oral requererá um esforço maior por parte do educando, das escolas e das famílias. Não podemos pensar que o oralismo veio somente para ensinar os surdos a falar ou a serem “iguais” aos ouvintes, nem mesmo que essa filosofia possa ser oficializada. O método oralista defende, portanto, que a pessoa surda receba a linguagem oral, deixando de usar a sua língua de sinais.

Na década de 1960, com os resultados insatisfatórios do oralismo, causando déficits cognitivos, dificuldades no relacionamento familiar e social, levaram a adoção de uma nova abordagem de instrução.

Com a observação da sinalização dos surdos na universidade em que lecionava, Stokoe (1960, p. 3) desenvolveu uma pesquisa com rigorosos métodos científicos, cujos resultados demonstraram que "a língua e sinais dos surdos têm estrutura e função semelhante às demais línguas", expressa por um sistema que utiliza um meio sensorial diferente. Tais estudos fundamentaram as pesquisas sobre as línguas de sinais de todo o mundo.

3.2. Comunicação total

Na comunicação total, a segunda abordagem defende-se as metodologias auditivas, manuais e orais. A sua principal preocupação está em estabelecer processos comunicativos entre surdos ou entre surdos e ouvintes. Nessa prática, a preocupação é o aprendizado da língua oral, mas acredita-se que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais não devem ser deixados de lado.

Um dos métodos defendidos é a utilização de recursos espaço-visuais para facilitar a comunicação dos surdos. Segundo Perlin e Karin

Lilian Strobel (2009, p. 20) "A comunicação total inclui uma gama de instrumentos linguísticos, ou seja: língua de sinais, língua oral, gestos, fala, leitura labial, alfabeto manual, leitura da escrita, ritmo, dança".

Ciccione (1990) relata e afirma que, diferentemente dos oralistas, os defensores da comunicação total veem os surdos de uma maneira diferente: eles são vistos como pessoas e não somente como alguém que tem uma patologia a ser eliminada.

Sob a proteção da filosofia educacional liberal da *comunicação total*, os diversos sistemas de sinais criados de fato conseguiram aumentar a visibilidade da língua falada, para além da mera leitura labial, e assim lograram auxiliar a compreensão da língua falada em certa medida. De fato, o valor dos métodos da comunicação total para viabilização da língua falada em uma série de área da aplicação para o ensino da língua escrita não pode ser negado. [...]. (CAPOVILLA, 2000, p. 07)

Uma diferença marcante da comunicação total é a utilização de quaisquer recursos linguísticos, como: língua de sinais, linguagem oral ou códigos manuais. Outro recurso de suma importância nessa abordagem é a integração da família no processo de aprendizagem do sujeito surdo, acreditando que esse seja um papel de muita importância no desenvolvimento. Na comunicação total, são utilizadas a língua de sinais e a datilografia simultaneamente.

3.3. Bilinguismo

Essa abordagem tem o princípio de que o surdo deve ter como primeira língua a "língua de sinais", sendo ensinado o mais cedo possível, o que fará com que ele desenvolva conceitos e relações com o mundo. O idioma falado predominante em seu país será ensinado como segunda língua, em modalidade escrita e, quando possível, oral.

Segundo Patrícia Kalatai e Eliziane M. Streiechen (2012, p. 8) "[...] o bilinguismo foi uma metodologia adotada a partir das reivindicações dos próprios surdos, pois a mesma tem possibilitado o acesso a duas línguas dentro de um contexto: a língua de sinais e a língua portuguesa [...]".

No bilinguismo existem duas vertentes. Enquanto uma defende que a pessoa surda deva adquirir a língua de sinais e a linguagem oral separadamente e o quanto antes, a outra vertente defende primeiramente o ensino da língua de sinais e, num segundo momento, a modalidade escrita.

Ronice Müller de Quadros (1997), afirma que “o bilinguismo é uma abordagem utilizada por escolas que pretendem tornar acessível às pessoas surdas duas línguas no contexto escolar”. Diversos estudos apontam como esse é o método mais indicado de ensino para pessoas surdas, por considerar a língua de sinais como língua natural e tornando menos complexo a aprendizado da parte escrita pelo surdo.

Em sala de aula, quando um professor tem conhecimento da língua de sinais, possibilita sua comunicação com o aluno portador de deficiência auditiva. Assim, é possível proporcionar o desenvolvimento emocional e cognitivo do surdo e a contribuir para sua integração social com o meio em que vive.

Maria Cecília de Moura, Ana Claudia Balieiro Lodi e Kathryn Marie Pacheco Harrison (1997, p. 345) declaram que:

O bilinguismo, como forma de educação para surdos, pressupõe o ensino de duas línguas para a criança. A primeira é a língua de Sinais, que dará o arcabouço para a aprendizagem de uma segunda língua que pode ser escrita ou a oral, dependendo do modelo seguido (MOURA; LODI & HARRISON, 1997, p. 345)

Contudo na escola regular predomina o ensino da língua oral-auditiva mesmo com o intérprete da língua de sinais, o conteúdo é o ensino é feito com base oral – auditiva. Só o interprete passar o a língua oral para a modalidade visuoespacial não tem a garantia de desenvolvimento e aprendizagem desse aluno surdo, seria preciso construir uma relação de ensino e aprendizagem através da libras, assim tendo autores que defendam uma escola bilíngue.

Costa fala que

[...] a consequência educacional de os surdos serem alfabetizados em uma língua oral, e não em uma língua de sinais, é dramática e pode-se observar uma extrema dificuldade de leitura, de acesso á leitura em geral, e a grande dificuldade que mostram para produzir textos. (COSTA, 1999, p. 44)

Ainda que esses fatores sejam determinantes para o processo de letramento escolar, a pré-história linguística das crianças surdas é desconsiderada pelos professores. A escola segue ignorando com as diferenças individuais se constituem no complexo círculo de relações sociais que determinam processos de aprendizagem diferenciados entre crianças surdas (com ou “sem língua” – materna) e não surdas; ao ingressar na escola comum, o português escrito lhe é imposto no currículo escolar, de forma obrigatória, ensinado como língua materna e não como segunda língua, desconsiderando-se a ausência da primeira língua. (FERNANDES, 2003, p. 7-8)

Contudo, na escola regular predomina o ensino da língua oral-

auditiva. Mesmo com o intérprete da língua de sinais, o conteúdo e o ensino são feitos com base oral-auditiva. A atividade do intérprete de “traduzir” a língua para a modalidade visual-espacial não tem como garantia o desenvolvimento e aprendizagem do aluno surdo. Seria preciso construir uma relação de ensino e aprendizagem através da língua de sinais.

Costa afirma que

[...] a consequência educacional de os surdos serem alfabetizados em uma língua oral [...] é dramática e pode-se observar uma extrema dificuldade de leitura, de acesso à leitura em geral, e a grande dificuldade que mostram para produzir textos. (COSTA, 1999, p. 44)

Contudo mesmo o português não sendo a língua materna dos surdos:

Os textos são de suma importância para os processos de letramentos para os surdos, ou seja, está inserida a cultura linguística através de nomes das ruas, das praças, propagandas, das lojas, de cartão de aniversário, esses componentes são partes mínimas de práticas sociais principiada no letramento. (ALMEIDA, 2014, p. 28)

No bilinguismo, a escola dos surdos, eles aprenderão a língua de sinais como a L1, e a linguagem oral como a sua segunda língua, L2. Para aprender a L2, depende primordialmente da aquisição da L1, a língua da comunidade surda.

4. Língua de sinais no Brasil

O início da língua brasileira de sinais não foi diferente das demais línguas. Tal quais as línguas neolatinas, como o português, o francês e o espanhol, a libras mudaram ao decorrer dos séculos. A língua portuguesa sofreu mudanças no Brasil, seja na sua pronúncia, no seu vocabulário ou na sua sintaxe, e isso também ocorreu com a libras. Konrad Koerner (1996, p. 62) afirma, referindo-se à história linguística:

Essa tendência penetrou no escrever a história da linguística, ainda que seja esperar que um historiador encontre mais exemplos de evolução e continuidade do que de revolução e descontinuidade de ideias através dos séculos, pontuados por mudanças de ênfase, incluindo movimentos de pêndulos, as vezes causados pelo afluxo de fatores extralinguísticos, tais como avanços e tecnologia, mas também acontecimentos sociopolíticos. (KOERNER, 1996, p. 62)

O interessante em relação ao que foi descrito por Konrad Koerner, é que a libras passa por um constante processo evolutivo. Os fatores ex-

tralinguísticos, bem como a história, a cultura, a comunidade e as novas tendências tecnológicas, têm influência direta no desenvolvimento da língua. Não se sabe ao certo como surgiram as línguas de sinais; sabe-se, no entanto, que foram criadas por homens que fizeram um resgate de um sistema comunicativo gestual/visual.

No caso da língua brasileira de sinais, em que o canal perceptual é diferente, por ser uma língua de modalidade gestual visual, a mesma não teve sua origem da língua portuguesa: que é constituída pela oralidade, portanto considerada oral-auditiva; mas em uma outra língua de modalidade gestual visual, a língua de sinais francesa, apesar de a língua portuguesa ter influenciado diretamente a construção lexical da língua brasileira de sinais, mas apenas por meio de adaptações por serem línguas em contato. (ALBRES, 2005, p. 1)

No Brasil, um dos primeiros passos foi a criação do alfabeto manual, que era de origem francesa. Os alunos surdos vindos de diversos lugares do Brasil difundiram essa novidade onde residiam. No dia 26 de setembro de 1857, foi fundado o INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), no Rio de Janeiro, a primeira escola para surdos do Brasil. É nesse dia que se comemora o Dia Nacional dos Surdos, uma data importante para a comunidade surda, quando se tem o reconhecimento de sua cultura firmado diante da sociedade.

A Federação Nacional de Educação dos Surdos (FENEIS) é um espaço conquistado pelos surdos, onde compartilham sentimentos, concepção, ideias, valores e significados. Por meio da FENEIS, o teatro, a poesia, a pintura, a escultura, entre outras formas de cultura são levadas para o mundo do surdo.

Nesse momento de troca, tomou-se consciência da condição bilíngue e da relação de contato direto entre libras e a língua portuguesa e foi dada a proposta para a capacitação dos instrutores para atuar no ensino de libras no Brasil, conforme ressaltado por Albres (2005, p. 9)

A federação Nacional de Educação e Integração de Surdos – FENEIS, em 1998, preocupada com a grande diferença de sinais procuraram desenvolver um projeto para uniformizar e padronizar os sinais para facilitar a comunicação, principalmente entre os instrutores surdos.

5. Considerações finais

Nesse breve estudo verificamos aspectos da língua de sinais, a sua importância para a comunidade surda, local em que se intensifica a sua cultura, em que ocorre uma identificação com o grupo social e, acima de tudo, onde o surdo não se sente um deficiente sem capacidade, mas uma

pessoa diferente da maioria.

Essa diferença sendo a sua peculiaridade linguística: a língua de sinais, essa sendo a língua natural da comunidade surdas ao redor do mundo. E esse sujeito vivendo perfeitamente bem em sociedade, estudando e trabalhando em diversos setores da sociedade, porém esse desenvolvimento se torna possível com o ensino apropriado da língua de sinais.

Dessa forma destacamos a importância do ensino da língua de sinais nas escolas, como língua materna dos surdos, evitando frustração – social ou até mesmo linguística – nos alunos, sendo possível o desenvolvimento social e cognitivo do aluno surdo com o mundo.

Outro aspecto de importância para entender o ensino dessa comunidade foi o uso dos métodos educacionais ao longo dos anos na história da comunidade surda, como o oralismo, comunicação total e bilinguismo. Compreende-se, por fim, que o método ideal é o bilinguismo, que valoriza a língua materna dos surdos, priorizando o ensino da L1.

Pois assim sendo o método que possibilita a aquisição da L1 e o contato cultural e social da sua comunidade e com o mundo em sua volta, seja acadêmico ou no meio de trabalho onde sua língua lhe favorecerá mecanismos propícios para sua vida plena como um sujeito surdo e falante da língua de sinais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLWRIGHT, Dick. *Basic principles for Exploratory Practice*. Lancaster. 2001a. Disponível em:

<http://www.ling.lancs.ac.uk/groups/crile/EPCentre/newsletter2002/html/principles_of_e>. Acesso em: 21-04-2015.

_____. *Bringing work “to life”*: Exploratory Practice for language classroom. 2001b. Disponível em:

<http://www.ling.lancs.ac.uk/groups/crile/EPCentre/newsletter2002/html/principles_of_e>. Acesso em: 21-04-2015.

BERTHIER, Ferdinand. Les sordes-muets depuis l'abbé de l'epée. In: LANE, Harlan; PHILIP, Franklin. *The deaf experience: classics in language and education*. Trad.: para o inglês de Philip, F Franklin. Cambridge e London: Harvard University Press, 1984.

BRASIL. Decreto 5.626/2005. Regulamenta a Lei n. 10.436/2002. Que dispõe sobre a língua brasileira de sinais – libras e o art.18 da Lei 10.098/2010. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccv1l_03_Ato2004-2005/Decreto/D5626.htm>.

Acesso em: 08-10-2015.

_____. Lei 10.436/2002. Dispõe sobre a língua brasileira de sinais – libras e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccv1l_03/Leis/2002/L10436.htm>. Acesso

em: 08-10-2015.

BRITO, Lucinda Ferreira. *Por uma gramática de língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/URFJ/Departamento de Linguística e Filologia, 1995.

GOLDFELD, Márcia. *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista*. São Paulo: Plexus, 1997.

KALATAI, Patrícia; STREIECHEN, Eliziane M. As principais metodologias utilizadas na educação dos surdos no Brasil. In: *III SEPED - Semana de Estudos do Curso de Pedagogia de Irati*, 2012. Irati. *Anais...* Irati, 2012. Disponível em:

<<http://anais.unicentro.br/seped/pdf/iiiv3n1/120.pdf>>. Acesso em: 10-04-2017.

KOERNER, Konrad. Questões que persistem em historiografia linguística. *Revista da ANPOLL*, vol. 1, n. 2, p. 45-70, 1996.

MAGNO, Pinheiro de Almeida. *Língua de sinais X libras: uma abordagem da historiografia linguística*. 2014. Dissertação (de Mestrado). UEMS, Campo Grande.

MORAES BEZERRA, Isabel Cristina Rangel. Teoria e prática: os dois lados da moeda nas aulas de prática de ensino. BOTELHO, José Mario. (Org.). *Estudos reunidos: linguagem, literatura e estilística*. Rio de Janeiro: Botelho, 2006, p. 127-143.

MOURA, Maria Cecília de; LODI, Ana Claudia Balieiro; HARRISON, Kathryn Marie Pacheco. História e educação: o surdo, a oralidade e o uso de sinais. In: LOPES FILHO, Otacílio de C. *Tratado de fonologia*. São Paulo: Roca, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SKLIAR, Carlos Bernardo. *Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade*. In: _____. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2010, p. 7-32.

STROBEL, Karin Lilian. *Surdos: vestígios culturais não encontrados na história*. 2008. Tese (de Doutorado). – UFSC, Florianópolis.